

## Agenda da Semana

# Plenário vota criação de sistema para apoiar seguro na agricultura

Poderão ser cobertos por indenização danos provocados por incêndios, raios, pragas, doenças, trombas d'água, ventos, granizos, chuvas, secas e geadas. Conforme projeto a ser apreciado na quarta-feira, contratação da cobertura será obrigatória nas operações de crédito rural e facultativa nas lavouras custeadas com recursos próprios do agricultor

PÁGINA 3

### Reforma terá opinião de OAB, tribunais e Ministério Público

O senador Bernardo Cabral, relator da reforma do Judiciário, anunciou sua intenção de ouvir os presidentes dos tribunais superiores e representantes do Ministério Público e da OAB sobre as questões mais importantes da proposta. Cabral fez uma exposição sobre os principais problemas enfrentados pelo Poder Judiciário.



Cabral: reestruturação da Justiça deve ser feita de maneira equilibrada

PÁGINA 8

### Propaganda de fumo é tema de nova audiência

PÁGINA 5

### CPI do Roubo de Cargas ouvirá diretor do DNER

PÁGINA 4

### CAE analisa quarta-feira fundo de telecomunicações

PÁGINA 5

### Amir Lando quer discussão de Orçamento impositivo

PÁGINA 3

### Trabalhos da CPI do Futebol devem começar esta semana

PÁGINA 4

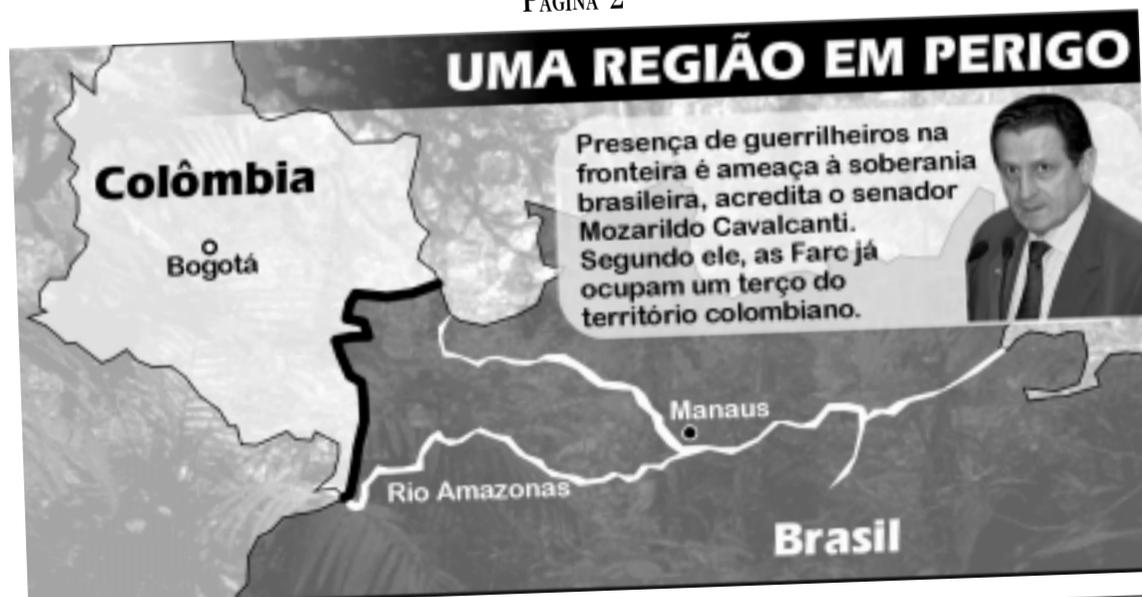
### TVs podem ser obrigadas a legendar a programação

PÁGINA 4

## MOZARILDO COBRA OCUPAÇÃO EFETIVA DA AMAZÔNIA

Senador acredita que maior presença de militares e redivisão de estados do Norte poderiam evitar uma intervenção estrangeira na região

PÁGINA 2



Pedro Simon lembrou, na tribuna do Senado, a passagem de oito anos da morte de Ulysses Guimarães

### Simon homenageia Ulysses Guimarães

PÁGINA 8

# Mozarildo quer ocupação efetiva da Amazônia

Preocupado com a presença da guerrilha em um terço do território colombiano, senador lembra o Vietnã e o Kosovo, em que um problema local ganhou amplitude, causou invasão internacional e mudou a configuração geográfica

Com a iminência da presença das Forças Armadas norte-americanas na Colômbia, objetivando combater a guerrilha e o narcotráfico naquele país, o senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR) acredita que as autoridades brasileiras precisam promover a efetiva ocupação da região amazônica nacional. O senador defendeu a mudança de enfoque na distribuição do Exército brasileiro, que ainda é, segundo ele, da época colonial.

Para Mozarildo, há muitos homens no litoral e poucos no interior: são 22 mil militares na região amazônica contra 44 mil no Rio de Janeiro. O senador vê descaso das autoridades na ocu-



Mozarildo: só com maior presença dos brasileiros a Amazônia estará livre de intervenção estrangeira

pação da região amazônica. Além de mudanças no Exército, Mozarildo defendeu também a redivisão dos estados. "Só assim vamos afastar os riscos de in-

tervenção estrangeira na região", afirmou. Mozarildo explicou que um terço do território colombiano está ocupado pela organização guerrilheira Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (Farc) e contou que na última semana dez funcionários de multinacionais foram seqüestrados no Equador. As Farc culpam a CIA (Central de Inteligência dos Estados Uni-

dos) pela ação.

– Não importa quem é o responsável, a situação está se configurando para concretizar a efetiva invasão da Amazônia – disse, lembrando outras situações históricas, como o Vietnã e o Kosovo, em que um problema local cresceu, causou invasão internacional e acabou por mudar a configuração geográfica da região. O senador informou que a situação deverá ser debatida na próxima semana na 4ª Conferência de Defesa das Américas, em Brasília.

## APARTES

Em aparte, o senador Bernardo Cabral (PFL-AM) chamou atenção para a grande potência

das forças que estarão atuando na região e lembrou que a Amazônia é a maior reserva de água doce do mundo, produto que está escasseando e deverá ser, no próximo século, a maior riqueza do planeta.

Também em aparte, o senador Pedro Simon (PMDB-RS) declarou não sentir nas autoridades brasileiras a garra necessária para tratar do assunto e defender a soberania da Amazônia.

– Os americanos não têm capacidade de limitar a entrada de drogas em seu país e se esquecem da lei de mercado. Os colombianos só plantam a coca porque há quem compre – disse.



## AGENDA

SEGUNDA-FEIRA, 16 DE OUTUBRO DE 2000

### PLENÁRIO

14h30 – Sessão não deliberativa

### PREVISÃO

PLENÁRIO

Terça-feira

14h30 – Sessão deliberativa ordinária

Pauta: PDL nº 77/95, aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Treze de Junho para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Mantena (MG); PDL nº 112/99, aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Tupi para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Curitiba (PR); PDL nº 123/2000, aprova o ato que autoriza a Associação da Rádio Comunitária Alternativa FM a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Guaratuba (PR); Requerimento nº 511/2000, do senador Bello Parga, solicitando que sobre o PLC nº 44/2000, além da comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Constituição, Justiça e Cidadania; e Requerimento nº 513/2000, do senador Osmar Dias, solicitando a tramitação conjunta dos PLSs nºs 73 e 203, de 2000, com os de nºs 122, 131, 198, 223 e 356, de 1999, e 18, de 2000, que já se encontram apensados, por versarem sobre a mesma matéria.

Quarta-feira

14h30 – Sessão deliberativa ordinária

Pauta: PLS nº 338/99, que institui o Sistema de Apoio ao Seguro Rural, de acordo com o disposto nos incisos

II e VI do art. 192 da Constituição federal; PDL nº 111/95, aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Difusora São Patrício para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Ceres (GO); PDL nº 156/99, aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rede Mineira de Rádio e Televisão para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Uberlândia (MG); e Requerimento nº 510/2000, solicitando o sobrestamento do PLS nº 297/99, a fim de aguardar o envio, pela Câmara dos Deputados, de matéria que trata do mesmo assunto.

19h – Sessão Conjunta do Congresso Nacional

Pauta: apreciação de projetos de lei do Congresso Nacional. *Plenário da Câmara dos Deputados*

Quinta-feira

10h – Agenda em aberto

Sexta-feira

9h – Sessão não deliberativa

### COMISSÕES

Terça-feira

10h – Comissão de Assuntos Econômicos

Pauta: PLC nº 47/99, institui o Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações

### Brasil 500



(Funttel); PR nº 39/99, que convalida os atos praticados com base nas autorizações concedidas pelas resoluções 44 e 45, de 1998, do Senado e fixa critérios para a renovação das obrigações financeiras vencidas; Mensagem nº 123/2000, que solicita ao Senado seja autorizada a elevação do limite de endividamento da Petróleo Brasileiro S.A. (Petrobras) em RS

3,3 bilhões, a serem destinados ao alongamento da dívida, sem aumento do endividamento total, sendo R\$ 2,2 bilhões a serem contratados no corrente exercício e R\$ 1,1 bilhão em 2001; PLS nº 533/98, que fixa normas para a cooperação entre os entes federativos com vistas ao equilíbrio do desenvolvimento e do bem-estar em âmbito nacional; PLC nº 11/2000, que dispõe sobre o aumento de capital nas empresas públicas ou sociedades de economia mista sob o controle da União; PLC nº 2/2000, que dispõe sobre o valor das benfeitorias executadas com recursos públicos nas desapropriações para fins de reforma agrária; PLS nº 460/99, altera o artigo 20 do Decreto-Lei nº 73/66, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Seguros Privados, regula as operações de seguros e resseguros, para incluir entre os seguros obrigatórios o seguro de garantia das obrigações das administradoras de consórcios; PLS nº 601/99, que dispõe sobre isenção de custos na emissão do CPF para desempregados e cidadãos de baixa renda; e PLS nº 379/99, altera os artigos 15 e 17 do Decreto-Lei nº 73/66, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Seguros Privados e regula as operações de seguros e resseguros.

Ala Senador Alexandre Costa – Sala 19

11h30 – Comissão de Educação

Pauta: PLS nº 151/2000, que dispõe sobre o acesso a informações da Internet; PLS nº 505/99, que inclui conteúdos de Educação Ambiental nos currículos da educação básica e superior; PLS nº 286/99, que dispõe sobre a inclusão de legenda oculta na programação das emissoras de televisão e fixa cota mínima de aparelhos de televisão com circuito de decodificação de legenda oculta; PLS nº 69/2000, que determina a obrigatoriedade do uso do Sistema de Legendamento Oculto na Veiculação de Mensagens do Poder Público pelas Emissoras de Televisão; PLS nº 140/2000, que denomina Rodovia Otávio Corrêa de Melo trecho da BR-401 (RO); PLC nº 26/2000, altera dispositivos da Lei nº 9.394/96, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional; e PDLs aprovando atos de renovação de concessão e de outorga de permissão para a exploração de serviço de radiodifusão de sons e imagens. *Ala Senador Alexandre Costa – Sala 15*

14h30 – Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Pauta: audiência pública com o ministro da Fazenda, Pedro Malan.

18h – Reunião ordinária

Pauta: apreciação de matérias da comissão. *Plenário nº 2 do Anexo Luís Eduardo Magalhães da Câmara dos Deputados*

15h – CPI do Roubo de Cargas

Pauta: depoimentos de Genésio Bernardino de Souza, diretor do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem,

e Álvaro Henrique Vianna Novaes, diretor da Polícia Rodoviária Federal. *Ala Senador Nilo Coelho – Sala 2*

Quarta-feira

10h – Reunião conjunta das comissões de Assuntos Sociais e de Constituição, Justiça e Cidadania

Pauta: audiência pública com a finalidade de instruir o PLC nº 47/2000, que dispõe sobre as restrições ao uso e à propaganda de produtos fumígenos, bebidas alcoólicas, medicamentos, terapias e defensivos agrícolas.

Convidados: representantes das associações Brasileira da Indústria do Fumo (Abifumo), dos Fumicultores do Brasil (Afubra), Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (Abert) e Nacional dos Editores de Revistas (Aner); do Centro Brasileiro de Informações sobre Drogas Psicotrópicas (Cebrid); do Conselho Nacional de Autorregulamentação Publicitária (Conar); da Sociedade Brasileira de Cardiologia; da coordenadora-geral da Rede de Desenvolvimento Humano (Redeh); Thais Rodrigues Corral; e do professor do Instituto Nacional do Câncer, José Rosemberg. *Ala Senador Alexandre Costa – Sala 9*

17h – Reunião do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar

Pauta: ouvir o senador Luiz Otávio, nos autos da Denúncia nº 1/2000. *Ala Senador Nilo Coelho – Sala 6*

### ESPECIAL

Quarta-feira

12h – Cultura ao Meio-Dia

Filme: *Titan AE*, de Len Simon. *Auditório Patrônio Portella*

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

### MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães  
1º Vice-Presidente: Geraldo Melo  
2º Vice-Presidente: Ademir Andrade  
1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima  
2º Secretário: Carlos Patrocínio  
3º Secretário: Nabor Júnior  
4º Secretário: Casildo Maldaner  
Suplentes de Secretário: Eduardo Suplicy - Lúdio Coelho  
Jonas Pinheiro - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia  
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva  
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Fernando Cesar Mesquita (61) 311-3211  
Diretor de Divulgação e Integração: Helival Rios (61) 311-1150  
Diretor do Jornal do Senado: José do Carmo Andrade (61) 311-3170  
Diretor da Agência Senado: Flávio de Mattos (61) 311-3327  
Editor-Chefe: Edson de Almeida

Editores: Djalba Lima, Eduardo Leão, João Carlos Ferreira da Silva, Sylvio Costa e Sylvio Guedes  
Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e Osmar Miranda

Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Maria das Graças Aureliano e Miquéias Dantas de Moraes

Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Waldemir Rodrigues, Roosevelt Pinheiro, Roque Sá, José Cruz e Jane Araújo

Arte: Cirilo Quartim

O noticiário do *Jornal do Senado* é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes  
Ed. Anexo 1 do Senado Federal,  
20º andar  
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela  
Secretaria Especial  
de Editoração e  
Publicações

# Senado vota quarta-feira seguro para atividade rural

A proposta, do senador Edison Lobão e que recebeu parecer favorável da CAE, garante cobertura de danos provocados inclusive por incêndios

O Senado votará quarta-feira projeto do senador Edison Lobão (PFL-MA) que cria o Sistema Nacional de Apoio ao Seguro Rural, a ser formado com a participação dos governos federal, estaduais e municipais, sociedades por ações, cooperativas, associações e sociedades de produtores rurais. A matéria teve parecer favorável do senador José Alencar (PMDB-MG) na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

Conforme o projeto, serão cobertos pelo seguro rural danos provocados por incêndios, raios, pragas, doenças, trombas d'água, ventos fortes, ventos frios, granizos, chuvas excessivas, secas e geadas. Os terremotos, os maremotos e os ciclones são classificados como eventualidades que não serão cobertas por esse seguro.

O texto estabelece que o seguro rural será obrigatório nas operações de crédito rural de custeio e investimento, e facultativo nas lavouras conduzidas com recursos do produtor. E caberá aos órgãos decisórios nacional e estaduais tornar obrigatório o seguro de determinadas lavouras, no cumprimento de diretrizes de política agrícola.

Elogiado pelos senadores que o examinaram na CAE, o projeto de Lobão enumera as seguintes modalidades de contrato: seguro agrícola; seguro pecuário; seguro de



Edison Lobão pretende que o seguro seja obrigatório em operações de crédito de custeio e investimento

bens, equipamentos, benfeitorias e produtos agropecuários; seguro de crédito para comercialização; e seguro temporário de vida dos produtores rurais.

Também na quarta-feira, o Plenário votará em primeiro turno proposta de emenda constitucional (PEC) do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) destinada a reduzir as sessões conjuntas do Congresso à realização dos seguintes atos: inauguração da sessão legislativa, posse do presidente da República, promulgação de emenda constitucional e recepção a chefe de Estado.

De acordo com a proposta, o veto, hoje deliberado pelo Congresso, será submetido à Casa iniciadora do projeto. Se rejeitado, será analisado pela revisora. Se as duas rejeitarem o veto, o texto da matéria vetada será encaminhado, pelo presidente da Casa na qual

tenha sido concluída sua deliberação, ao presidente da República para promulgação.

Se em 48 horas o presidente não promulgar a lei, o presidente do Senado tomará a medida. Não o fazendo em 48 horas, o vice-presidente do Senado deverá promulgá-la. Ainda de acordo com a proposta, os vetos que incidirem sobre projeto de conversão de medida provisória em lei terão tramitação iniciada, alternadamente, na Câmara e no Senado.

Cinco emissoras de rádio dependem esta semana do Plenário para renovar a autorização de funcionamento. São elas: Rádio Treze de Junho, de Mantena (MG); Rádio Tupi, de Curitiba (PR); Rádio Comunitária Alternativa, de Guaratuba (PR); rádio Difusora São Patrício, de Ceres (GO); e Rede Mineira de Rádio e Televisão, de Uberlândia (MG).

## Câmara recebe projeto sobre nomeação de parente

O Senado enviou sexta-feira à Câmara dos Deputados projeto que exige das autoridades públicas exposição de motivos justificando eventual nomeação de parentes para cargos em comissão. Segundo a proposta, a exposição deve demonstrar que a formação e a experiência profissional do nomeado são adequadas ao cargo.

De autoria do senador Roberto Requião (PMDB-PR), o projeto recebeu parecer favorável do sena-



Roberto Requião: a nomeação deve ser justificada

dor José Eduardo Dutra (PT-SE) na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), que o aprovou em caráter terminativo. Como não houve recurso para votação em Plenário, a proposta seguiu diretamente para a análise dos deputados.

Segundo o autor do projeto, o mecanismo proposto permite que a nomeação inadequada seja alvo de ação popular ou do Ministério Público. Na sua opinião, proibir qualquer nomeação de paren-

tes "transformaria o parentesco em algo infamante, o que não seria justo".

O relator da matéria, entretanto, discorda da análise. Para José Eduardo Dutra, o caminho mais adequado seria proibir a contratação de parentes, de acordo com projeto do senador Roberto Freire (PPS-PE) aprovado pelo Senado mas arquivado pela Câmara dos Deputados sob alegação de ser inconstitucional.

Apesar disso, Dutra votou a favor do projeto de Requião, afirmando que se tratava de uma alternativa criativa, pois "pelo menos estabelece regras mais transparentes para a nomeação de parentes".

## Deputados vão analisar inclusão de Chico Mendes no "Livro de Heróis"

Projeto que inscreve o nome de Chico Mendes no Livro dos Heróis da Pátria, de autoria da senadora Marina Silva (PT-AC), foi enviado sexta-feira à Câmara dos Deputados. Em exposição no Panteão da República Tancredo Neves, na Praça dos Três Poderes, em Brasília, o livro tem apenas dois nomes inscritos até hoje: o de Tiradentes e o de Zumbi dos Palmares.



Marina Silva: autora da homenagem



Djalma Falcão: projeto que beneficia cegos

ambiente. Para ela, a inscrição de seu nome no Livro dos Heróis busca imortalizar um exemplo de atuação em favor da cidadania e do desenvolvimento sustentável.

### BRAILE

Também foi enviado sexta-feira à Câmara projeto que obriga os fabricantes de eletrodomésticos a produzir manuais de instrução em braile. De autoria do ex-senador Djalma Falcão, a matéria teve substitutivo elaborado pela senadora Emilia Fernandes (PDT-RS) e aprovado em caráter terminativo pela Comissão de Educação.

No caso de aparelhos importados, a proposta determina que os revendedores anexem o manual em braile com as especificações e informações técnicas.

## Amir Lando quer discutir execução obrigatória do Orçamento

O relator-geral do projeto de Orçamento para 2001, senador Amir Lando (PMDB-RO), defendeu a discussão pela Comissão Mista de Orçamento, nos próximos meses, de proposta de emenda constitucional para tornar obrigatória a execução do projeto orçamentário aprovado pelo Congresso. Segundo disse, não basta que as receitas e despesas estejam o mais próximo possível da realidade se o presidente da República continuar com poder de cortar ou contingenciar verbas à vontade. "A hora para discutir o Orçamento impositivo é agora", afirmou.

Pela Constituição, o projeto orçamentário aprovado pelo Congresso é apenas autorizativo. No momento, tramitam no Senado duas propostas de emenda constitucional tratando do assunto. Uma delas, de autoria do senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), torna obrigatório o cumprimento do Orçamento nos termos em que foi aprovado. A outra, do senador José Alencar (PMDB-MG), impõe a execução das emendas parlamentares apresentadas ao Orçamento. A proposta de Antonio Carlos encontra-se na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), à espera de parecer do relator, senador Romero Jucá (PSDB-RR). A PEC de José Alencar também aguarda parecer na CCJ, a ser dado pelo senador Pedro Simon (PMDB-RS).

Em agosto passado, as lideranças partidárias, reunidas com o presidente do Congresso, Antonio Carlos Magalhães, decidiram que a instituição do Orçamento impositivo seria debatida na Comissão Mista de Orçamento. Há dez dias, o novo presidente da comissão, deputado Alberto Goldman (PSDB-SP), afirmou em entrevista à imprensa que "no momento em que o Congresso aprovar orçamentos realistas não haverá cortes ou contingenciamentos do presidente da República, o que, na prática, é o orçamento impositivo".

O relator-geral do projeto orçamentário para 2001, Amir Lando, acha que o Congresso deve "resolver esse problema o mais rápido possível, pois daqui a pouco o presidente da República vai querer alterar o Orçamento por medida provisória". Para o senador, os cortes nos projetos orçamentários modificados pelo Parlamento "às vezes são simples táticas que permitem ao Executivo liberar, no decorrer do ano, créditos suplementares para áreas de seu interesse".

A Comissão Mista de Orçamento reúne-se amanhã, às 15h, para ouvir o ministro da Fazenda, Pedro Malan. Ele dará explicações sobre os números macroeconômicos empregados pelo Ministério do Planejamento ao elaborar o projeto de Orçamento para 2001.

## Emissoras de TV podem ser obrigadas a usar legendas

A Comissão de Educação votará amanhã, a partir das 11h30, projeto de lei que obriga as emissoras de televisão a usarem o recurso conhecido como *close caption* (legendamento oculto) na sua programação. Esse recurso vai permitir o acompanhamento dos programas por deficientes auditivos.

A obrigatoriedade consta de duas propostas, apresentadas pelos senadores Lúcio Alcântara (PSDB-CE) e Luiz Pontes (PSDB-CE). Ambas receberam parecer do senador Pedro Simon (PMDB-RS), que sugeriu a aprovação do proje-

to de Lúcio Alcântara, por ser mais amplo, e a rejeição do de Luiz Pontes – que limitava a obrigatoriedade às mensagens do poder público veiculadas pelas emissoras. O Plenário decidirá sobre as propostas em caráter terminativo.

A pauta da comissão inclui ainda projeto do senador Romero Jucá (PSDB-RR) denominando Rodovia Luiz Otávio Corrêa de Melo o trecho da BR-401 que atravessa o estado de Roraima. O senador Amir Lando (PMDB-RO) emitiu parecer favorável à proposta.



João Alberto: "Paixões se exacerbam e instrumentos de fiscalização são precários"

## João Alberto defende fim da reeleição em cidade pequena

Ao fazer uma análise das eleições municipais de 1º de outubro, o senador João Alberto Souza (PMDB-MA) opinou que a experiência da reeleição proporcionou o uso abusivo da máquina administrativa pelos governantes empenhados em novo mandato, fiscalização deficiente por parte da Justiça Eleitoral e comprometimento com a corrupção. Ele considerou a situação pior nos municípios menores. Por esse motivo, defendeu o fim da reeleição nessas regiões.

– A questão assume níveis de aberração e escândalo particularmente nas prefeituras do interior do país, onde é fácil de encontrar a aliança entre o chefe do Poder Executivo municipal, a autoridade judiciária e o delegado de polícia, que constituem o núcleo dominante do poder nas pequenas comunidades – afirmou.

Na avaliação de João Alberto, a reeleição para presidente da República, governador de estado e para prefeitos de municípios com mais de 200 mil habitantes ainda permite certo controle por parte da imprensa e da opinião pública

em geral. Mas nos pequenos municípios ele considera tal controle impossível, porque “as paixões se exacerbam e os instrumentos de fiscalização são precários ou inexistentes”.

João Alberto destacou que nos municípios pequenos, onde a vida pública gira em torno da prefeitura, dificilmente a oposição tem condições de enfrentar candidatos à reeleição decididos a permanecer no poder. Ele considera que a reeleição em si mesma tende a produzir uma situação de favorecimento aos ocupantes de cargos públicos que se torna impossível distinguir o ato legítimo do prefeito da ação ilegítima do candidato.

O senador pelo Maranhão também fez um apelo no sentido de que seja dada mais atenção à necessidade de o país investir no ensinamento de posturas e valores éticos na política, sobretudo para crianças e jovens. “Esta será a melhor forma de combater os desvios, a corrupção que ainda, com grande abrangência, se manifesta no processo político brasileiro”, disse.

# CPI do Futebol já deve funcionar esta semana

Nomes dos 13 integrantes da comissão serão divulgados até amanhã pelos líderes partidários. Trabalhos vão durar seis meses

A CPI do Futebol deve começar a funcionar nesta semana. Os 13 integrantes da comissão de inquérito, cujos nomes serão divulgados até amanhã pelos líderes partidários, terão seis meses para apresentar conclusões a respeito de denúncias de sonegação de tributos e de irregularidades na venda de atletas para o exterior e no contrato de patrocínio firmado entre a empresa norte-americana de material esportivo Nike e a Confederação Brasileira de Futebol (CBF).

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, anunciou que cumprirá o Regimento Interno e nomeará os representantes dos partidos que não formalizarem suas indicações. O PMDB, partido com maior representação na Casa, terá cinco senadores na CPI. O PFL contará com quatro representantes, o PSDB com dois e o Bloco Oposição com dois.

O senador Álvaro Dias (PSDB-PR), autor do requerimento de criação da CPI, classifica a comissão de inquérito como o instrumento ideal para que se abra o que chamou de “caixa-preta” do futebol brasileiro. Por meio da quebra dos sigilos bancário e fis-



Álvaro Dias: expectativa de abrir a “caixa-preta” do futebol brasileiro

cal, previu o senador, poderão ser reveladas informações sobre eventuais irregularidades na negociação de jogadores e a eventual sonegação de tributos por clubes, dirigentes e atletas.

O ex-treinador da seleção brasileira Wanderley Luxemburgo e a estudante de Direito Renata Alves, sua ex-secretária, deverão estar entre os primeiros a depor na CPI, segundo Álvaro Dias. Renata foi a primeira a denunciar Luxemburgo por sonegação fiscal e participação na negociação de jogadores.

ONGS

Os líderes partidários devem



concluir também nesta semana as indicações dos parlamentares que comporão a CPI que vai investigar a atuação no país – e especialmente na Amazônia – de organizações não-governamentais (ONGs). O autor do requerimento, senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR), afirmou que a atuação das organizações instaladas na região Norte representa um risco ao meio ambiente, às comunidades indígenas e à soberania nacional.

De acordo com o senador, há denúncias de ONGs que recebem doações e recursos públicos, mas atuam na verdade como empresas. O senador Bernardo Cabral (PFL-AM) deverá presidir a CPI. Além dele e de Mozarildo, também integrarão a comissão, pelo PFL, Moreira Mendes (RO) e Djalma Bessa (BA). O PT já indicou como seu representante o senador Tião Viana (AC).

## CPI do Roubo de Cargas ouve amanhã diretores do DNER e da Polícia Federal

A comissão parlamentar mista de inquérito que investiga o roubo de cargas em rodovias, ferrovias e rios em todo o país retoma amanhã a série de audiências públicas e ouve os depoimentos do diretor do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER), Genésio Bernardino de Souza, e do diretor da Polícia Rodoviária Federal, Álvaro Henrique Vianna Novaes.



Presidida pelo senador Romeu Tuma (PFL-SP), a CPI funciona há quatro meses e teve o prazo para o término de seus trabalhos prorrogado por mais um ano. Em novembro a comissão deve iniciar a série de visitas aos estados. O primeiro da lista é São Paulo, onde ocorrem 50% dos roubos de cargas no país, de acordo com as estatísticas divulgadas pela Confederação Nacional dos Transportes.

do CIDADÃO VOCÊ LIGADO NO SENADO FEDERAL

Participe!  
Não custa nada para você,  
vale muito para o país.

Ligue! 0800 612211

www.senado.gov.br - e-mail: cidadao@senado.gov.br

Subsecretaria de Projetos Especiais - HCSM

AVOZ

# CAE vota na quarta fundo de telecomunicações

Além do Funttel, Comissão de Assuntos Econômicos do Senado deverá apreciar nesta semana propostas relativas à elevação do limite de endividamento da Petrobras e aos seguros na agricultura e nos consórcios de bens

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) vota na quarta-feira projeto de lei, já aprovado na Câmara, que cria o Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações (Funttel), proposto pelo Executivo. O projeto recebeu parecer favorável do relator, senador Wellington Roberto (PMDB-PB), para quem o Funttel irá levar ao aperfeiçoamento tecnológico do setor das telecomunicações, incentivando e ampliando a competição entre as empresas que atuam na área.

O objetivo do fundo é estimular a pesquisa e o desenvolvimento de novas tecnologias, incentivar a capacitação de recursos humanos, fomentar a geração de empregos e promover o acesso de pequenas e médias empresas a recursos de capital.

O patrimônio inicial do Funttel será composto por transferência de R\$ 100 milhões do Fundo de Fiscalização das Telecomunica-



A Comissão de Assuntos Econômicos deverá analisar o parecer de Wellington Roberto (D) sobre o Funttel

ções e sua principal fonte de receita será 0,5% do produto da arrecadação com concessões, permissões e autorizações de serviços de telecomunicações e de uso de radiofrequências, bem como com a aprovação de laudos de ensaios de produtos, em

percentual de no mínimo 1%, a ser fixado anualmente na lei orçamentária. Outra fonte de recursos prevista para o Funttel é a contribuição de 1% sobre a arrecadação bruta de eventos participativos realizados por meio de ligações telefônicas.

Também serão examinados na reunião da CAE projeto de lei da Câmara que dispõe sobre o aumento de capital nas empresas públicas ou sociedades de economia mista sob o controle da União e mensagem do Executivo solicitando autorização para ele-

var a R\$ 3,33 bilhões o limite de endividamento da Petrobras. Na área de seguros, a CAE votará dois projetos de lei do Senado: um que trata do seguro agrícola e outro dispoendo sobre o seguro de obrigações das administradoras de consórcios (entrega de bens), ambos de autoria do senador Arlindo Porto (PTB-MG).

## OUTROS PROJETOS

Estão ainda na pauta da CAE projeto de lei de autoria do senador Luiz Pontes (PSDB-CE) propondo a isenção de taxas na emissão do Cadastro de Pessoa Física (CPF) para cidadãos de baixa renda; projeto de lei da Câmara dispoendo sobre o valor de benfeitorias executadas com recursos públicos em caso de reforma agrária; e projeto de lei de autoria da ex-senadora Luzia Toledo (PSDB-ES) fixando normas para a cooperação entre os entes da Federação com vistas ao desenvolvimento equilibrado em âmbito nacional.

## Nova audiência discute propaganda de cigarros

As comissões de Assuntos Sociais (CAS) e de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) realizam na quarta-feira, às 10 horas, a segunda audiência pública para discutir o projeto de iniciativa da Presidência da República que limita o uso e a propaganda de cigarro. Foram convidados representantes da Associação Brasileira da Indústria do Fumo, Centro Brasileiro de Informações sobre Drogas Psicotrópicas, Associação dos Fumicultores do Brasil, Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão, Associação Nacional dos Editores de Revistas, Conselho Nacional de Auto-Regulamentação Publicitária e Sociedade Brasileira de Cardiologia.

Também deverão comparecer ao debate com os senadores a coordenadora-geral da Rede de Desenvolvimento Humano, Thaís Rodrigues Corral, e o professor José Rosenberg, do Instituto Nacional do Câncer. Na última terça-feira, as duas comissões promoveram uma outra audiência pública para discutir o assunto.

O projeto, que tem urgência

constitucional de 45 dias e está sendo apreciado simultaneamente pela CAS e CCJ, prevê que a propaganda comercial de cigarros não poderá ser associada à prática de atividades esportivas, nem sugerir ou induzir seu consumo em locais ou situações perigosas. Também não poderá ser incluída a participação de crianças ou adolescentes. Se o texto, que já foi aprovado na Câmara, for aceito pelo Senado, também será proibida a propaganda, venda e distribuição de amostra ou brinde de cigarros pelos Correios.

O projeto proíbe ainda o patrocínio de atividade cultural ou esportiva por empresas cujos produtos são feitos à base de tabaco. Outras mudanças previstas são o aumento no valor da multa para os infratores, de R\$ 1.410 a R\$ 7.250 para no mínimo R\$ 5 mil e no máximo R\$ 100 mil. As emissoras que infringirem a proibição poderão ter suspensa a programação pelo tempo equivalente aos anúncios em desacordo com a lei. Fica vetada a propaganda fixa ou móvel de cigarros em estúdio, pista de corrida ou local similar.

## Conselho de Ética e Decoro Parlamentar ouve Luiz Otávio

O Conselho de Ética e Decoro Parlamentar do Senado marcou para quarta-feira, às 17 horas, o depoimento do senador Luiz Otávio (sem partido-PA). Ele dará explicações sobre denúncia em que é apontado como autor de um suposto desvio de recursos públicos. A relatora da matéria, senadora Heloísa Helena (PT-AL), vai basear-se nas explicações do senador e nos levantamentos feitos sobre o assunto para elaborar seu parecer.

O depoimento de Luiz Otávio estava marcado para o dia 27 de junho. A reunião ocorreu, mas sem a sua presença. Ele preferiu encaminhar um ofício ao Conselho de Ética negando qualquer participação em irregularidade relacionada com o suposto desvio de verbas públicas. Por não ter ficado satisfeito com os esclarecimentos, a relatora pediu que fosse marcada uma nova data para ouvir o senador.

A denúncia contra Luiz Otávio foi apresentada pelo sargento Abílio Teixeira, residente em Brasília. Ele alega que o senador teria sido o responsável, quando gerente das empresas Ebal Rodomar, em 1992, no Pará, pela negociação de um empréstimo junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) de R\$ 13 milhões para a construção de 13 balsas que, ainda segundo o militar, não chegaram a ser construídas.

Em sua defesa por escrito apresentada ao conselho, Luiz Otávio classificou a denúncia como caluniosa. Ele considerou falha grave o fato de a acusação estar baseada apenas em matérias jornalísticas. Também destacou que todas as ações supostamente imputadas a ele referem-se a situações anteriores à sua posse no Senado, não incidindo nas hipóteses de quebra de decoro parlamentar previstas na Constituição.



Luiz Otávio classificou a denúncia como caluniosa e baseada apenas em recortes de jornais

# Novas regras reforçam moralidade na administração

Penas para crimes cometidos por administradores públicos contra o erário e exigência de certidão de cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal para votação de empréstimo foram duas das 11 matérias aprovadas na semana passada

Onze projetos foram aprovados pelo Senado na semana passada, destacando-se o que autoriza a criação da Região Integrada de Desenvolvimento do Pólo Petrolina (PE) e Juazeiro (BA), o que insere no Código Penal penas para crimes e infrações cometidos por administradores públicos contra o erário e o que dispensa as instituições religiosas do recolhimento de contribuição previdenciária sobre o que pagam a seus ministros.

A criação da região administrativa de Petrolina e Juazeiro foi iniciativa do senador Roberto Freire (PPS-PE), no propósito de desenvolver a região, que compreende ainda Lagoa Grande, Orocó e Santa Maria de Boa Vista, em Pernambuco, e Casa Nova, Curaçá e Sobradinho, na Bahia. Freire observou que essas cidades já estão conur-



José Fogaça relatou na CRE projeto de decreto legislativo sobre acordo entre o Brasil e os EUA

badas, isto é, unidas num conjunto, mas sem se confundirem, podendo ser contempladas uniformemente no Orçamento federal.

Também foi aprovado projeto de decreto legislativo referente a acordo entre o Brasil e os Estados Unidos para o fornecimento de material de defesa norte-americano. Relator da matéria na Comissão de Relações Exteriores, o senador José Fogaça (PMDB-RS) disse que

o acordo não resultará na participação operacional americana em território brasileiro. O senador lembrou que esse tipo de instrumento já foi assinado com 86 países, entre eles todos os da América Latina, com exceção de Cuba.

Outro texto aprovado, em turno suplementar, foi o que amplia os mecanismos de controle do endividamento de estados e municípios. Com isso, para terem examinados os seus pedidos de empréstimo, as administrações estaduais e municipais, assim como o Distrito Federal, terão de apresentar ao Banco Central certidão emitida pelo Tribunal de Contas da União, comprovando estar cumprindo a Lei de Responsabilidade Fiscal.

Foram aprovados cinco projetos de decretos legislativos autorizando o funcionamento de emissoras de rádio, os quais deverão ir agora à promulgação. O Plenário acolheu ainda projeto enviado pelo Executivo com a programação monetária para o quarto trimestre de 2000, na qual está prevista a manutenção da atual trajetória de queda das taxas de juros.



Em votações secretas, o Senado aprovou mensagens presidenciais indicando cinco nomes para a diretoria da Agência Nacional de Águas, entre eles o do diretor-presidente, Jerson Kelman, para um mandato de cinco anos. O Plenário deixou para quarta-feira a votação da proposta de emenda constitucional do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) que reduz as hipóteses de sessões conjuntas do Congresso.

Foi também adiada para novem-

bro a votação do projeto do senador Osmar Dias (PSDB-PR) que reduz de 12% para 7% a alíquota interestadual do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) cobrado sobre a farinha de trigo. O Senado também devolveu para a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania a proposta de emenda constitucional de Romeu Tuma (PFL-SP) que modifica a norma em vigor sobre as guardas municipais.

## Criação da central de risco de crédito foi destaque nas comissões

O trabalho das comissões técnicas do Senado foi marcado na semana passada pela aprovação, na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), do projeto que institucionaliza o Sistema Central de Risco de Crédito do Banco Central. A medida tem por finalidade evitar abalos resultantes da ação de quem promove sucessivas operações em vários bancos sem ter capacidade de solvência. O projeto segue agora para votação no Plenário.

Um dos dez projetos apresentados pela CPI dos Bancos, no ano passado, o texto incumba a Secretaria da Receita Federal de fornecer à central de risco todas as informações prestadas por pessoas físicas e jurídicas que solicitem empréstimos. Relator da matéria, o senador Osmar Dias (PSDB-PR) disse que o caso Encol, que deu prejuízo de R\$ 1 bilhão, é um exemplo claro da necessidade da central de risco.

A CAE também aprovou projeto do senador Paulo Hartung

(PPS-ES) que altera a delimitação dos chamados terrenos de marinha. Pelo texto, o terreno de marinha passa a ser o que está a até 33 metros da preamar (maré alta) média do ano 2000, e não mais de 1831, como é desde 1946. A matéria será ainda votada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Foi também aprovado projeto do senador José Jorge (PFL-PE) determinando que as fontes renováveis de energia terão os mesmos benefícios concedidos às pequenas hidrelétricas. Atualmente, as hidrelétricas de baixa potência têm redução de pelo menos 50% no valor do pedágio de transmissão e distribuição de eletricidade. O projeto, que ainda será examinado no Plenário, vai permitir também às fontes renováveis comercializar energia elétrica com consumidores cuja carga seja maior ou igual a 500 kW.

A CAE também aprovou requerimento do senador Jefferson Pé-

res (PDT-AM) convocando o presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Francisco Gros, a comparecer à comissão para esclarecer o novo plano estratégico quinquenal aprovado por aquela instituição.

Jefferson quer saber de Francisco Gros como o BNDES vai, a partir de agora, dar apoio às pequenas e médias empresas e quais serão os investimentos em infraestrutura. A CAE também aprovou requerimento do senador Edison Lobão (PFL-MA) solicitando ao presidente do Banco Central que informe os nomes das pessoas beneficiadas com empréstimos do Banestado.

A Comissão de Educação aprovou requerimento da senadora Emilia Fernandes (PDT-RS) para a realização de audiência pública destinada a debater com o governo e setores da sociedade a situação do Programa Especial de Treinamento (PET), que o Ministério da Educação estaria pretendendo cancelar. Ao justificar o reque-

ramento, ela esclareceu que o PET atualmente é aplicado em 59 instituições de ensino superior, em todas as regiões do país.

Reunidas em audiência pública, as comissões de Assuntos Sociais e de Constituição, Justiça e Cidadania ouviram empresários, donos de agências de propaganda e proprietários de veículos de comunicação, que vieram invocar o princípio da "liberdade de expressão comercial" para manter nos termos atuais a propaganda de bebidas alcoólicas e cigarros.

Na mesma reunião, médicos e representantes do Ministério da Saúde e da Receita Federal apresentaram argumentos de saúde pública para pedir a proibição da publicidade desses produtos na televisão, rádios, jornais e outros meios. Foi o primeiro debate do projeto de lei — já aprovado na Câmara — que proíbe a propaganda nos veículos de comunicação de produtos fumígenos, bebidas alcoólicas, medicamentos, terapias e defensivos agrícolas.

José Jorge: estímulo a fontes renováveis de energia



Paulo Hartung: novas regras para terreno de marinha



Osmar Dias aponta importância da central de risco



## Mostra do Redescobrimto atraiu 300 visitantes por dia

A Mostra do Redescobrimto, que permaneceu no Salão Negro do Congresso Nacional até ontem, recebeu uma média de 300 visitantes nos onze dias de exposição. Composta de 21 telas de artistas brasileiros e portugueses, a mostra é proveniente de São Paulo e teve como tema o Descobrimto do Brasil.

O destaque foi a Carta de Pero Vaz de Caminha, escrita

entre 22 de abril e 1º de maio de 1500, enquanto a esquadra de Pedro Álvares Cabral esteve ancorada diante do Monte Pascoal, na Bahia. Parte da exposição – de arte popular – ainda poderá ser vista no novo Centro Cultural do Banco do Brasil, em Brasília.

A exposição completa atraiu em São Paulo um número recorde de dois milhões de visitantes.

## PROGRAMAÇÃO



### TV SENADO

#### HOJE

6h30 – *Debate* – Senador Geraldo Althoff e Fátima Moura, do Ministério da Saúde, falam sobre o aleitamento materno  
7h30 – *Entrevista* – Senador Ney Suassuna fala sobre as relações comerciais do Brasil no exterior  
8h – *Cores do Brasil* – Diamantina  
8h30 – *TV Escola* – PCN – Matemática – A natureza da divisão  
9h – *Cores do Brasil* – Pernambuco  
9h30 – *Entrevista* – Senador Pedro Piva fala sobre a política de impostos para creches e escolas particulares  
10h – Congresso de Aplicações da Internet no governo – parte 2  
11h – *Entrevista* – Jair Tedeschi, secretário-adjunto de Segurança Pública do DF, fala sobre violência  
12h – *Entrevista* – Senador Ney Suassuna fala sobre as relações comerciais do Brasil no exterior  
12h30 – *Revista Brasília*  
13h30 – *Debate* – Senador Geraldo Althoff e Fátima Moura, do Ministério da Saúde, falam sobre o aleitamento materno  
14h30 – Sessão Plenária (vivo)  
18h30 – *Revista Brasília*  
19h30 – *Debate* – Senador Geraldo Althoff e Fátima

Moura, do Ministério da Saúde, falam sobre o aleitamento materno  
20h30 – *Entrevista* – Senador Ney Suassuna fala sobre as relações comerciais do Brasil no exterior  
21h – *Jornal do Senado*  
21h30 – Sessão Plenária (reapresentação)  
Logo após: *Revista Brasília*

### RÁDIO SENADO

#### HOJE

8h – *Agenda Senado*  
Em seguida – Música e informação  
14h30 – Sessão Plenária do Senado (vivo)  
Em seguida – Música e informação  
19h – *A Voz do Brasil*  
Em seguida – Música e informação  
20h30 – *Senado em Linha Direta* – Edição Nordeste  
Em seguida – Música e informação  
21h – *Senado em Linha Direta* – Edição Norte/Centro-Oeste  
Em seguida – Música e informação  
21h30 – *Senado em Linha Direta* – Edição Sul/Sudeste  
Em seguida – Música e informação  
0h – Sessão Plenária do Senado (reprise)  
Em seguida – Música e informação

A programação da TV Senado e da Rádio Senado pode ser retransmitida por qualquer emissora do país, sem ônus e sem autorização formal



## COMO SINTONIZAR

### TV SENADO

Informações de recepção de sinal para usuários de antena parabólica:

- Satélite - B1
- Transponder - 1 BE (Banda Estendida)
- Polarização: Vertical
- Frequência RX (Banda - L) - 1505,75 hz
- Antena - 3,6 m LNB
- Receptor de Vídeo/Aúdio Digital NTSC MPEG2 DVB
- Symbol 3,2143MS-S
- SEC 3/4
- Fornecedor: COMSAT - Fone: 0800 - 155700

Informações para repetidoras e operadoras de TV a cabo:

- NET BsB - canal 7
- SKYNET - canal 30
- DirecTV - canal 163

### RÁDIO SENADO FM

Informações para usuários do sistema Rádio/Sat Digital:

- Equipamentos necessários:
- Antena parabólica tipo TVRO (telada) de 2,85 m (mínimo) banda C
  - Receptor ABR 200, ComStream
  - LBN DRO ComStream
  - 60 metros (no máximo) de cabo coaxial RG-11, com conectores tipo F

Informações técnicas:

- Frequência de recepção: Banda L 1.465,600 Mhz
- Satélite: Brasilsat B2
- Polarização: Vertical (RX)
- Modo: Joint-Stereo
- Taxa: 128 Kbps-BPSK
- Programação ABR: CC, 1,11465600, 256000,0 FD 1,17,1,7

# Patrocínio destaca apoio à cultura popular pelo Iphan

Para senador, destaque dado em revista mostra que responsáveis pelo patrimônio artístico também valorizam essas manifestações da arte

Em discurso no Senado, o senador Carlos Patrocínio (PFL-TO) disse estar resgatando um tema que os políticos em geral deixam em segundo plano, preocupados prioritariamente com questões econômicas: a cultura popular. Uma atividade que tem, segundo ele, papel importante, pois eleva a auto-estima do povo, constrói o sentimento de brasilidade e projeta a imagem do país no exterior.

– Nesse sentido, venho render minhas homenagens ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), que dedicou a edição de nº 28 da *Revista do Patrimônio* inteiramente à arte e à cultura popular, com 14 ensaios sobre cultura e arte populares, traçando o papel que estas têm no conjunto do patrimônio artístico nacional – frisou.

A revista, observou Patrocínio,

traz um “belíssimo retrato da cultura e da arte popular brasileira”. Mas o parlamentar explicou que seu entusiasmo vai além do aspecto cultural em si. “Estou interessado na significação política da valorização das manifestações culturais”, disse. Esse é um mérito que ele atribui ao trabalho feito pela *Revista do Patrimônio*.

contribuir para a maior participação das manifestações populares de cultura no cenário nacional.

O senador faz questão de distinguir essas manifestações de cultura popular da cultura acadêmica e da cultura erudita, que, segundo ele, sabem se defender me-



Patrocínio disse que a cultura popular eleva a auto-estima do brasileiro

lhor e ocupar espaço. Dentro do universo da cultura popular, o senador também disse haver separação entre essas manifestações populares daquelas apropriadas pela mídia, “mais calçadas no interesse comercial do que na valorização do povo”:

– Estou falando em defesa de manifestações como Folia do Divino, Catira, Maracatu, literatura de Cordel, isso porque, graças a Deus, o nosso samba tem obtido grande espaço nas rádios e na televisão, ganhando um espaço considerável em relação à música estrangeira – concluiu.

## TV Senado debate crescimento da violência e da criminalidade

O resgate dos valores éticos da sociedade e o compromisso da mídia de diminuir a superexposição da violência na programação são tão importantes quanto o reaparelhamento da polícia para o combate à criminalidade, segundo os participantes de debate sobre segurança pública promovido pela TV Senado, e que foi ao ar no final de semana. O programa será reprisado hoje, às 11h.

O ex-secretário de Segurança Pública do Distrito Federal, advogado Paulo Castelo Branco, o atual secretário-adjunto, coronel PM Jair Tedeschi, e a socióloga Lourdes Bandeira, professora da Universidade de Brasília, discutiram o tema com o jornalista Fernando Cesar Mesquita no programa *Entrevista Especial*.

Segundo o coronel Tedeschi, “Brasília ainda é uma ilha” em termos de segurança, comparativamente às outras cidades do país, mas é necessário criar “uma nova consciência social, com participação efetiva e direta da sociedade”,

para melhorar ainda mais a situação. Para isso, na sua opinião, seria indispensável “combater o jeitinho brasileiro” e conscientizar a sociedade de que a infração pequena também precisa ser punida, para que não ocorra um efeito multiplicador. Tedeschi também reclamou de uma atitude hipócrita da sociedade em relação ao policial: é chamado para reprimir o bandido, mas fora desse papel, sofre discriminação.

Castelo Branco concorda com essa tese, e diz que ela tem raízes num fato político – a identificação da polícia com a ditadura militar – e, por conta disso, o investimento no aparelhamento físico e de recursos humanos das forças de segurança nunca chega ao nível que seria necessário para dar um bom retorno.

O ex-secretário ressaltou também a importância de aplicar a lei, utilizando-a para acabar com a impunidade, e diferenciando entre o jovem infrator, que precisa de corretivo, e o criminoso, que

merece punição justa. Apontou também outro fator, de ordem social, que concorre para a escalada da violência – a perda de ideais – pois “sem esperança no futuro, sem utopia, não podemos caminhar”.

Para a professora Lourdes Bandeira, a violência tem encontrado seu caldo de cultura “entre os jovens sem horizonte”, independente de classe social. A pobreza por si só já não explica a criminalidade: “Os valores se desfizeram, o jovem não tem perspectivas de trabalho nem ideal de luta social ou política, e são cada vez mais raros os exemplos de grandes homens íntegros no Brasil e em todo o mundo ocidental”.



Lourdes Bandeira, coronel Tedeschi, Fernando Cesar e Castelo Branco, durante debate

# Cabral ouvirá tribunais sobre PEC do Judiciário

Segundo o senador, designado relator da reforma já aprovada na Câmara, serão também convidados para falar a respeito da emenda representantes da OAB, especialmente sobre temas polêmicos como a extensão ao STJ da súmula vinculante

O senador Bernardo Cabral (PFL-AM) anunciou sexta-feira, em Plenário, seu plano de trabalho como relator da reforma do Poder Judiciário, já aprovada pela Câmara dos Deputados. Segundo informou, o primeiro passo será ouvir os presidentes dos tribunais superiores e representantes do Ministério Público e da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), que opinarão sobre questões técnicas polêmicas previstas na proposta de emenda constitucional (PEC), como a extensão ao Superior Tribunal de Justiça (STJ) da súmula vinculante, instituto que obriga os tribunais de instâncias inferiores a julgar causas semelhantes de acordo a decisão já adotada pelo Supremo Tribunal Federal (STF).

Outro ponto fundamental da reforma, disse o senador, será a quarentena a ser imposta a juízes, de modo que fiquem impedidos de advogar por três anos nos tribunais dos quais tenham se aposentado. A PEC tem como objetivo dar maior velocidade à Justiça, diminuir drasticamente o vo-



Bernardo Cabral defende uma reforma que garanta a autonomia do Judiciário

lume de processos, retirar de cena legislação processual envelhecida e criar o controle externo do Judiciário. Mas, conforme Cabral, a reestruturação da Justiça deve ser feita de maneira equilibrada, de forma a garantir que o Judiciário mantenha sua autonomia frente aos demais poderes.

— O Judiciário é o poder responsável pelos direitos fundamentais do homem, o guardião da cidadania. O cumprimento de suas funções constitucionais depende de sua independência, que passa necessariamente por sua autonomia administrativa, para que a Jus-

tiça seja soberana — disse Cabral.

O senador Bernardo Cabral também fez uma longa exposição sobre os problemas do Judiciário e suas conseqüências para a soci-

idade. “Mas a nova face da Justiça só será visível depois de um longo e complexo caminho de consultas e reflexões”, afirmou o senador.

## Senadores afirmam que escolha para relatoria foi a mais adequada

Em aparte, o senador Francelino Pereira (PFL-MG) mostrou confiança na relatoria de Bernardo Cabral, a quem considera “um homem com grande dimensão intelectual e conhecimento profundo da matéria”.

Para o senador Pedro Simon (PMDB-RS), Cabral é o mais credenciado para a função de relator porque “conhece em profundidade não só os aspectos formais da reforma”, mas também as implicações políticas do assunto, além de ser advogado e jurista, ter militado nos tribunais, ocupado a presidência da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), ter sido relator da Assembleia Nacional Constituinte de 1988 e se destacado como ministro da Justiça durante o governo Collor.

— A reforma feita pela Câmara foi apressada. Acho que o Senado deve aprovar um substitutivo aperfeiçoado, que voltará então à Câmara — disse Simon, defendendo mudanças na legislação que permitam acabar com a impunidade dos poderosos no país.

Já o senador Geraldo Melo (PSDB-RN) reclamou do abusivo poder que teria o Estado de protelar o cumprimento de decisões judiciais, quando réu, por meio das chamadas “ações rescisórias”. Outro problema apontado por Geraldo Melo é a execução judicial de dívidas bancárias. Para o senador Edison Lobão (PFL-MA), são os próprios juízes os que mais reclamam uma legislação realista.



Melo: Estado tem excesso de poder para protelar o cumprimento de decisões judiciais

## Simon lembra os oito anos da morte de Ulysses Guimarães

Companheiro de militância política de Ulysses Guimarães, o senador Pedro Simon (PMDB-RS) lembrou sexta-feira em Plenário a passagem de de oito anos de morte do fundador do Movimento Democrático Brasileiro (MDB). E lamentou a ausência de registro da data nos principais jornais do país, fato atribuído por ele ao descaso da sociedade brasileira com a preservação da memória política e histórica nacional.

— Nas minhas andanças com o dr. Ulysses, causava admiração seu discurso em prol da reconstrução da sociedade e de chamamento para um novo Brasil — recordou. Referência no qua-

dro político nacional durante a ditadura militar, Ulysses representou para o povo brasileiro, segundo Simon, o que Moisés foi para o povo judeu. Durante o período de arbítrio, o ex-deputado tentou sempre conduzir a nação para uma fase de maior democracia e justiça social, disse.

— Ulysses era uma palavra que o Brasil sempre escutava e seguia — afirmou Simon, que admitiu o privilégio de ter convivido com uma geração de políticos disposta a mudar o país e a colocá-lo em condições de igualdade com as grandes potências mundiais.

Embora ocorrido em condições trágicas, o episódio da morte de Ulysses Guimarães não causou sur-



Pedro Simon: “Ulysses era a palavra que o Brasil sempre escutava e seguia”

presa, segundo Simon. O senador recordou que, apesar das recomendações contrárias ao vôo de helicóptero, realizado no final da tarde do dia 13 de outubro de 1992 no retorno de um fim de semana em Angra dos Reis (RJ), Ulysses

manteve a decisão de decolar em companhia do ex-senador Severo Gomes e das respectivas mulheres. O helicóptero, lembrou, acabou caindo no mar e até hoje os restos mortais de Ulysses não foram encontrados.

## Francelino propõe voto de aplauso a Sábato Magaldi

O senador Francelino Pereira (PFL-MG) apresentou requerimento à Mesa solicitando voto de aplauso do Senado ao teatrólogo, ensaísta e jornalista Sábato Magaldi pelo título de professor emérito outorgado a ele pela Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo (USP).

O mineiro Sábato Magaldi, com quem Francelino estudou na faculdade de Direito, foi um dos primeiros professores de teatro no país. O voto de aplauso significa, a seu ver, o reconhecimento a sua dedicação ao ensino da arte teatral, “de cuja história sempre foi um dos mais expressivos integrantes”.

Francelino acrescentou que Sábato Magaldi, professor da Escola de Comunicação e Artes da USP, é artista exemplar que se encontra em plena atividade, sempre ministrando cursos de teatro e mantendo outras atividades correlatas no país e no exterior.

— O voto de aplauso do Senado a esse extraordinário teatrólogo é, portanto, um exemplo de que esta Casa é sensível aos homens que enobrecem a cultura brasileira — afirmou Francelino Pereira, que também congratulou-se com a direção da Escola de Comunicação e Artes pelo título outorgado ao mineiro Sábato Magaldi.



Francelino Pereira afirmou que o teatrólogo, ensaísta e jornalista é artista exemplar